

## PODER

## “Radicalmente” contra socorro

Ministro José Guimarães reitera não haver intenção do governo federal de ajudar a salvar o BRB, envolto no escândalo do Master

» FERNANDA STRICKLAND  
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo federal deu sinais de que está fechada a porta para uma eventual ajuda ao Banco de Brasília (BRB), envolto no escândalo do Master. O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, enfatizou a oposição a qualquer socorro federal à instituição financeira da capital, cujo ex-presidente Paulo Henrique Costa foi preso, ontem, pela Polícia Federal.

Guimarães frisou que o governo do Distrito Federal deve ser o responsável por resolver a situação do banco. “Eu sou radicalmente contrário a socorrer o BRB”, disse o ministro, ontem, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto. A posição está alinhada à do Ministério da Fazenda.

“Essa questão do Banco Master, eu acho que, ao final, nós vamos saber quem são os responsáveis. Doa a quem doer, é preciso que isso seja feito”, afirmou Guimarães. “A Polícia Federal também está fazendo um trabalho extraordinário”, elogiou.

Guimarães aproveitou para dar uma estocada no ex-governador do DF Ibaneis Rocha (MDB). “Eu pensei até que, quando eu vi a notícia, eles me prenderam o Ibaneis, mas parece que não, foi o ex-presidente do BRB, não foi?”

## Sem resposta

No início da semana, a governadora do Distrito Federal (DF), Celina Leão (PP), criticou a falta de ação do Executivo federal para ajudar na recuperação do BRB. Segundo a titular do Palácio do Buri-ti, apesar dos pedidos públicos de auxílio, a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tomou nenhuma atitude para salvar a principal instituição financeira da capital.

“O governo federal não deu nenhuma resposta. Nenhuma ajuda. Chegamos a pedir. Pedimos tudo. Acho que não tem é a boa vontade de fazer. Mas está tudo bem. A gente já pediu. Pediu, inclusive, agendas”, afirmou Celina, na ocasião.

A governadora ainda disse que “é bem claro que (o governo) não quer fazer nenhuma movimentação”. “O que eu acho triste, porque você tem que ter uma certa institucionalidade quando você é presidente da República, quando você é uma governadora. Eu sou governadora de direita. Mas todas as vezes que eu tiver que conversar sobre a minha cidade, eu estarei pronta”, frisou.



**Em relação ao BRB, isso está sendo apurado pelo inquérito. O banco é estadual, então cabe ao estado a capitalização dele. É preciso ouvir o governo do Distrito Federal”**

**Geraldo Alckmin, presidente da República em exercício**



**Essa questão do Banco Master, eu acho que, ao final, nós vamos saber quem são os responsáveis. Doa a quem doer, é preciso que isso seja feito”**

**José Guimarães, ministro da SRI**

## Missão do GDF

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), também comentou a situação do BRB, ao ser questionado por jornalistas. Ele atribuiu ao GDF a responsabilidade de capitalizar o banco e evitou se manifestar sobre um eventual socorro do Executivo federal.

“Em relação ao BRB, isso está sendo apurado pelo inquérito. O banco é estadual, então cabe ao estado (o DF) a capitalização dele. Enfim, (é necessário) verificar a melhor maneira de encaminhá-lo. (...) É preciso ouvir o governo do Distrito Federal”, disse Alckmin, no Planalto, onde explicou nova medida de crédito a empresas cujas exportações tenham sofrido com conflitos geopolíticos (leia reportagem na página 7).

Alckmin está no comando do país com a viagem de Lula à Europa. O chefe do Executivo tem compromissos em três países: Espanha, Alemanha e Portugal. A agenda prevê encontros políticos, participação em fóruns multilaterais, reuniões com lideranças empresariais e assinatura de acordos estratégicos. O retorno de Lula está previsto para o dia 21.

Gil Ferreira / SRI-PR



José Guimarães durante a coletiva: ministro aproveitou para dar uma alfinetada no ex-governador do DF Ibaneis Rocha

## Foco nos “magnatas do crime”

» IAGO MAC CORD

O governo federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), formalizou ontem uma mudança de paradigma na estratégia de segurança nacional. Durante coletiva para detalhar a 4ª fase da Operação Compliance Zero, o secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas, anunciou que a prioridade absoluta da gestão será a “asfixia financeira” das cúpulas criminosas, abandonando o foco exclusivo no enfrentamento ostensivo em comunidades para atingir o poder econômico do crime.

De acordo com o secretário, a diretriz estabelecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca preservar a higidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ao atacar o que chamou de “andar de cima”. Lucas pontuou que a inteligência e a integração entre órgãos de controle são as ferramentas centrais para neutralizar os “magnatas do crime”.

“Não adianta enfrentarmos a violência apenas nas comunidades com tiro. Nós precisamos ter inteligência e integração. O combate ao crime organizado terá como

principal motor a asfixia financeira das organizações criminosas e daqueles que, de alguma maneira, negociam com elas e usam esse dinheiro sujo para alimentar o nível do crime”, afirmou Lucas.

Como desdobramento prático dessa política, o governo confirmou para os próximos dias o lançamento de um decreto regulamentador da Lei Antifacção. O instrumento deve endurecer o rastreamento patrimonial e a repressão ao comércio de armas ilegais, funcionando como o “motor” dessa nova fase de repressão qualificada.

A fase deflagrada ontem representa um avanço técnico crítico na investigação. Se as etapas anteriores miraram o vendedor — Banco Master —, esta incursão se debruçou sobre o “lado comprador”: o Banco de Brasília (BRB). A Polícia Federal investiga a corrupção passiva de gestores e o intrincado esquema de lavagem de dinheiro que teria viabilizado a compra e venda de créditos fraudulentos entre as instituições.

Nessa etapa foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão, e duas prisões foram

efetuadas. Entre os detidos está o advogado Daniel Monteiro, apontado pelos investigadores como o mentor jurídico e financeiro do esquema. Pairem sobre ele suspeitas de ser o responsável por ocultar e gerir o patrimônio de Daniel Vorcaro no exterior.

## Cautela

O diretor de investigação e combate ao crime organizado da PF, Dennis Cali, ao ser questionado sobre possíveis acordos de colaboração, foi cauteloso, mas deixou a porta aberta.

“Com relação à delação premiada, como meio de obtenção de prova, cabe à pessoa que acha que tem elementos a colaborar com a investigação que se apresente. E, ao apresentar esses fatos, no futuro isso é analisado, validado e encaminhado para homologação”, explicou o agente.

O alvo central, contudo, permanece sendo o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, cujo afastamento ocorreu ainda no início das investigações. Questionada por jornalistas sobre indícios de propina e

a aquisição de sete imóveis em nome de terceiros pelo ex-gestor, a PF reiterou que tais detalhes constam na decisão do ministro relator, André Mendonça, mas permanecem sob sigilo para não comprometer os próximos passos.

Pela primeira vez desde o início da operação, o MJSP convocou uma coletiva de imprensa para tratar do tema. O ministro Wellington César Lima justificou a medida pelo “excepcional volume de questionamentos” captado pela Secretaria de Comunicação e rechaçou qualquer motivação política ou relação com índices de popularidade do governo.

O ministro enfatizou que a atuação do governo se pauta pela “régia observância” às decisões judiciais e pelo respeito à autonomia da Polícia Federal. “Aqui não se persegue nem se protege”, frisou. “Nós temos que agir de acordo com os ditames legais, observando as regras do jogo democrático. Não haverá da nossa parte, em nenhum momento, nenhuma vocação para espetacularização, tampouco para omissão”, declarou o chefe da pasta.

## Dino amplia debate em torno de fiscalização

» ROSANA HESSEL  
» RAPHAEL PATI

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), confirmou para 4 de maio a audiência pública no plenário da Primeira Turma da Corte para tratar de questões relacionadas à atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na fiscalização do mercado de capitais. Com isso, ele aproveita o andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7791, ajuizada pelo Partido Novo em 2025 questionando a cobrança da taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para ampliar o debate até o escândalo das fraudes do Banco Master, que culminou, ontem, na prisão do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa.

Além disso, dá um tom mais político ao assunto que tem ganhado corpo neste ano eleitoral. Na ADI 7791, há uma reclamação da baixa capacidade de fiscalização da CVM, o que, segundo interlocutores do Judiciário, indica que contribuiu para favorecer a ilegalidade de casos como o escândalo do Master.

Assim, a audiência será uma oportunidade para Dino ampliar o número de convidados para dar esclarecimentos além de

representantes da CVM, pois ele tem demonstrado bastante preocupação com casos recentes do Master e da Reag Investimentos. E esses episódios evidenciam uma fragilidade na atuação não apenas da CVM, mas de outros órgãos ligados às investigações do escândalo do Master.

Dino fez uma primeira convocação da audiência no início de março. No último dia 10, emitiu um despacho mencionando algumas perguntas a serem respondidas e citou as autoridades convidadas. Ontem, em novo despacho, confirmou a data da audiência e adicionou novos questionamentos.

Além do presidente da CVM, João Accioly, e da Advocacia-Geral da União (AGU), que representa a União, foram convidados para a audiência o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo; o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Ricardo Saadi; e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. “São nomes que não estão relacionados à cobrança de taxas de fiscalização da CVM que são objeto da ADI”, comentou um interlocutor do Judiciário.

Procurada, a CVM confirmou a presença de João Accioly. “A autarquia entende que a audiência representa uma oportunidade para

Victor Piemonte/STF



O ministro Flávio Dino confirmou audiência pública para 4 de maio

esclarecer aspectos relacionados à sua estrutura, funcionamento e ao financiamento de suas atividades, incluindo a taxa de fiscalização do mercado de valores mobiliários”, destacou a nota. O Banco Central não confirmou a presença de Galípolo até o fechamento desta edição. Segundo a assessoria do Supremo, os convidados poderão enviar representantes.

O objetivo da audiência é também ouvir o posicionamento de especialistas, associações e sindicatos que atuam na área de mercado de capitais. Entre as instituições que devem participar do encontro destacam-se a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e a Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca).

## Questionamentos

A ação do Novo destaca que a arrecadação da taxa de fiscalização da CVM tem crescido bastante sem que isso se traduza em fortalecimento da instituição, uma vez que 70% dos recursos arrecadados vão direto para o caixa do Tesouro Nacional.

De acordo com o posicionamento do partido Novo na ADI, a CVM teria arrecadado cerca de R\$ 2,4 bilhões entre 2022 e 2024, sendo R\$ 2,1 bilhões provenientes de taxas. “No entanto, a dotação orçamentária destinada à autarquia, no mesmo período trienal, foi de apenas R\$ 670 milhões.”

Atualmente, o órgão conta com um quadro defasado e só tem dois dos cinco membros na diretoria colegiada — Marina Copola, que entrou em 2024, e João Accioly, que está na presidência interina desde o início do ano. O ex-diretor Otto Lobo, indicado para assumir a presidência da instituição, após a renúncia do ex-presidente João Pedro Nascimento, em julho de 2025, teve o mandato encerrado em 31 de dezembro passado. Assim, até a sabatina de Lobo no Senado ainda é incerta, apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter indicado o nome dele para o cargo

após um acordo com o Senado.

Contudo, o nome de Otto é apoiado pelos congressistas, mas recebe críticas da base governista, principalmente por ter sido indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2021. Por conta dessa resistência, a sabatina ainda não tem data definida.

Lobo também presidiu a CVM interinamente, após a renúncia do antigo presidente e antes de deixar o cargo em dezembro passado. A indicação também não foi bem recebida pelo mercado financeiro, que vê no nome dele um retrocesso no combate à influência política dentro da comissão.

O Master foi liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025, em meio às investigações da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que identificaram fraudes de R\$ 12,2 bilhões na venda de títulos podres ao BRB. A instituição tenta tapar o buraco por meio de um socorro intermediado pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

O BRB, inclusive, negocia há uns dois meses com uma gestora de fundos, a Quadra Capital, a venda de uns R\$ 15 bilhões de ativos herdados para cobrir o rombo deixado pelas operações com o Master, que devem superar os R\$ 6,6 bilhões inicialmente previstos.